

AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA ECONOMIA DA ALTA SOROCABANA

Olimpio Beleza Martins (*)

O que pretendemos aqui é discutir algumas transformações ocorridas nas relações de produção no setor agrário e no abastecimento de gêneros alimentícios da população rural da Alta Sorocabana, desde o início do povoamento até os nossos dias. E assim, procurar mostrar a passagem de uma economia de subsistência (ou de autoconsumo) à uma economia capitalista. Isto não significa dizer que todas as atividades rurais da região estivessem voltadas para a produção de alimentos visando satisfazer somente as necessidades da população local. Pois, o café que inicialmente era o principal produto se destinava ao mercado externo e os excedentes de outros gêneros alimentícios também eram comercializados. Mas, o que nos interessa é a produção desses gêneros alimentícios que eram produzidos para a subsistência de forma intercalar ao café.

Na produção de tais gêneros não havia relações de produção capitalista e a autosuficiência em alimentos era uma constante nas propriedades, caracterizando assim uma economia de subsistência, onde o consumo natural era destacadamente superior ao consumo monetário. Na realidade não se trata simplesmente da passagem de uma economia de subsistência, sem trocas mercantis, à uma economia de mercado; mas da transição de uma agricultura não capitalista (não necessariamente não mercantil) à uma agricultura capitalista. Ou seja, da luta e vitória do capital sobre esta economia.

Sabe-se que o capitalismo tem necessidade para a sua existência e o seu desenvolvimento de formas de produção não capitalista ao redor de si. Ele precisa de formações sociais não capitalistas como saídas para a sua mais valia, como fonte de meios de produção e como reserva de mão de obra. Convém lembrar que na acumulação capitalista, segundo Rosa Luxemburg, é preciso distinguir três fases: a luta do capital contra a economia natural, sua luta contra a economia mercante, e sua luta concorrencial sobre o mercado internacional. Na primeira dessas fases é

(*) Professor do Departamento de Geografia Humana e Regional do IPEA-UNESP.

que se realiza: a apropriação das reservas de forças produtivas; a liberação das forças de trabalho que serão obrigadas a trabalhar para o capital; a introdução da economia mercante (não adianta só tirar pela violência os meios de produção dos trabalhadores, é preciso também vender-lhes mercadorias). O Capital tem de combater e repelir a produção para a satisfação das necessidades domésticas; e finalmente, separar a agricultura do artesanato, desta forma, fazendo a massa trabalhadora rural comprar mercadorias. Na segunda fase, após a instalação da economia mercante sobre as ruínas da "economia natural", o capital lhe declara guerra, entra em concorrência e a substitui. Estas etapas ocorreram na economia de nossa região e tentamos demonstrar este processo evidenciando os fatos e analisando a evolução da ocupação deste espaço.

Para se compreender a ocupação intensiva da área é preciso que se faça um relato das condições sócio-econômicas e de trabalho desses imigrantes em suas áreas de origem (Mogiana, Araraquarense, etc.). Nessas regiões, o cultivo do café se fundamentava no sistema de colonato que tinha como base a mão de obra livre do imigrante e seus descendentes. Segundo Beiguelman (1981: 9 e 10), a introdução de imigrantes em famílias permitia ao fazendeiro obter o suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pelos membros femininos e infantis, enquanto ao colono se tornava possível, através da cooperação da unidade familiar, um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho. O colono trabalhava nas lavouras do fazendeiro recebendo uma quantia anual em dinheiro por mil pés de café cultivados, mais uma quantia pela participação na colheita e a permissão para plantar outras culturas nas terras intercalares. Carvalho (1978: 84), diz que isto apenas em lavouras novas, pois a medida em que a plantação se desenvolvia, não se permitia o plantio de culturas consorciadas.

Essas culturas intercalares, segundo depoimentos de antigos colonos, eram fundamentalmente de gêneros alimentares (arroz, feijão, milho, etc.) e até o início da Primeira Guerra visavam basicamente o abastecimento familiar. Assim, a produção de café pertencia ao fazendeiro e se destinava ao mercado externo, enquanto as culturas intercalares visavam a subsistência e era propriedade dos colonos. Dessas só o excedente era comercializado.

Tal situação permanecia porque os preços elevados do café era o que mais atraía aos fazendeiros. Porém, com o

início da Primeira Grande Guerra, o escoamento do produto tornou-se difícil provocando um aumento nos estoques do produto. O mercado internacional, grande consumidor de café até então, passa a exigir (durante a guerra) produtos como o feijão, arroz, etc. E nesse período, o Estado de São Paulo começa a exportar tais produtos. Em 1915, exportou 25 toneladas de feijão, em 1917, 48.700 toneladas, sendo que um terço para a Europa. O arroz que até 1915 era importado em média 25.000 toneladas, em 1917 foi exportado 22.000 toneladas. (A. Demangeon, 1946).

Como vimos, esta produção de gêneros alimentícios pertencia aos colonos e não aos fazendeiros conforme determinava o sistema de colonato. Desta forma, eles passam a vender para o mercado externo aqueles produtos que até então eram destinados ao abastecimento familiar. Conseqüentemente, a comercialização destes produtos de subsistência vai permitir um certo acúmulo de capital nas mãos desses colonos, com o qual eles compram lotes de terras na Alta Sorocabana, principalmente na década de 20 (1).

Finda a guerra, o mercado internacional do café se recupera e o produto volta a ter os preços elevados e por consequência seu cultivo é estimulado. Assim, estes novos proprietários rurais (ex-colonos nas zonas velhas), acostumados ao cultivo do café reiniciam tal prática nessas novas terras da Alta Sorocabana. Porém, as relações de produção já não eram as mesmas. Antes, como colonos recebiam um salário fixo anual pelos trabalhos executados no cultivo do café; agora, como proprietários rurais e produtores autônomos detêm os meios de produção. Se de um lado as relações de trabalho se transformam, de outro, as atividades agrárias se repetem: a cultura de café, voltada para o mercado consumidor distante e as culturas de subsistência quase sempre de forma intercalar visando o abastecimento local, sem entrar no circuito comercial.

Esse caráter de auto-suficiência, pelo menos no que concerne as necessidades alimentares, apresentava ainda ou

(1) Quando da elaboração da monografia de mestrado, entrevistamos mais de uma centena de proprietários no município de Presidente Bernardes, os quais nos passaram tais informações. De uma maneira geral, eles eram provenientes da Araraquarense, Mogiana, etc. E aqui adquiriram lotes de 5, 10, 15, 20 alqueires porque seus recursos não permitiam mais.

outros elementos. A existência de algumas vacas nas propriedades para o abastecimento quotidiano das famílias em leite era uma constante. O leite não consumido "in natura" era transformado em derivados como o queijo, o requeijão, etc., de maneira artesanal na própria unidade rural... Da mesma forma, meia dúzia de suínos e algumas aves supriam as necessidades em carne, gordura e ovos durante o ano todo. Assim, esses novos povoadores ligados à produção de café, só se relacionavam com o circuito comercial quando precisavam vender este produto ou adquirir gêneros como o sal, querosene, tecidos e alguns instrumentos de trabalho. As características de uma economia de subsistência e de um mundo artesanal eram marcantes neste espaço nas primeiras décadas da ocupação (1920 e 1930). Entende-se aqui por agricultura de subsistência aquela praticada nos estabelecimentos rurais visando basicamente o autoabastecimento alimentar sendo que o pequeno excedente era comercializado.

Esta economia de subsistência passa a sofrer transformações mais acentuadas a partir da introdução de novas culturas comerciais. Na década de 30, o cultivo do algodão é incrementado em razão das demandas de mercado interno (indústrias têxteis paulista) e externas (Alemanha e Japão). Em relação ao mercado interno, Schlesinger citado por Dióres (1972: 114) afirma que "na década de 30, em virtude da crise econômica, as importações brasileiras de tecidos de algodão tornaram-se menores pela baixa das exportações em geral, acarretando diminuição de divisas, e isto estimulou um surto industrial têxtil". No mercado externo, o produto brasileiro passa a ser adquirido pelo Japão e Alemanha que procuram diversificar seus mercados abastecedores desta matéria-prima.

O cultivo do algodão provocou grandes transformações nas relações de trabalho e de produção. Ocupando mão de obra numerosa, fundamentalmente na colheita, esta cultura exigiu o ingresso de milhares de imigrantes na região, os quais passavam a trabalhar como assalariados. E desta forma, a produção agrícola não é mais conseguida apenas com o trabalho do proprietário e seus familiares. A utilização desta mão de obra assalariada, na sua maioria proveniente do Nordeste Brasileiro, é a materialização das relações de produção capitalista em nossa região.

Entretanto, estes trabalhadores recém chegados de suas regiões de origem tornaram-se nos anos seguintes produtores de algodão no sistema de arrendamento e de parceria. No

primeiro caso, eram obrigados a pagar uma certa quantia fixa em dinheiro pelo uso da terra. No sistema de parceria, eles entregavam um certo percentual pré-estabelecido da produção ao proprietário da terra. Assim sendo, após a existência de relações de produção capitalista (pagamento de salários aos diaristas), desenvolveu-se relações de produção pré-capitalista (arrendamento e parceria). Segundo Carvalho (1978: 78), isto se dá porque "o proprietário transfere, pelo menos em parte os riscos da instabilidade de mercado e dos riscos agronômicos e climáticos para os lavradores através desses arranjos de parceria e de arrendamento".

Sabe-se que o algodão não permite cultivos intercalares como permitia a cultura do café. Além disso, geralmente, o proprietário da terra exigia do arrendatário a utilização de todo o espaço arrendado com culturas comerciais (algodão no caso) e não permitia reserva de áreas para o cultivo de gêneros alimentícios. Tal atitude era, por vezes, reforçada pelo desejo do arrendatário de ter o máximo de área com lavouras comerciais, pois para ele significava mais produção e conseqüentemente mais dinheiro. Em razão disso, a área cultivada e o volume produzido de tais gêneros alimentícios diminuem rapidamente como mostra o quadro abaixo:

Ano	arroz(sacas)	feijão(sacas)	milho(sac)	algodão(a)
1930/31	140.232	141.484	483.442	11.255
1932/33	101.313	116.479	468.804	45.627
1935/36	3.347	12.403	144.340	1.404.795
1939/40	48.966	38.983	583.850	4.101.731

Fonte: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio - Estat. Agrícola e Zootecnia - Recenseamento Geral do Brasil-1940-I.B.G.E.

Entre os anos agrícolas de 1931/32 e 1935/36, a produção de arroz caiu de mais de 140.000 sacas para apenas 3.000 sacas. Com o feijão o mesmo se sucedeu: de 141.000 sacas a produção caiu para 12.000 sacas. O inverso ocorreu com o algodão. De pouco mais de 11.000 arrobas produzidas no ano agrícola de 1930/31, a produção cresce rapidamente atingindo mais de 1.400.000 de arrobas em 1935/36 e mais de 4.000.000 de arrobas no ano agrícola de 1939/40.

Na realidade, os produtores estavam preferindo adquirir gêneros alimentícios necessários à sua alimentação à

produzί-los nos estabelecimentos. E assim, começa a aparecer um mercado interno. Sabe-se que a criaçāo de um mercado interno se opera na medida em que os meios de subsistēncia do pequeno produtor tornam-se elementos materiais do capital variável. No caso em questāo, de produtor para a sua subsistēncia ā comprador de gēneros alimentίcios, o lavrador da regiāo se vē inserido no circuito do sistema comercial e totalmente dependente dele. E este mercado consumidor vai sendo criado pela transformaçāo do consumo natural em consumo monetário. Como observa Medina Filho, citado por Carvalho (1978: 100), "na medida em que este (caponēs) vai passando dessa economia de subsistēncia para a economia mercantil, passa a consumir produtos manufaturados e alguns alimentos que deixou de produzir e vai mudando seus hābitos de consumo. Para adquirir esses bens tem que vender cada vez mais para obter renda monetária. Começa entāo a se especializar em um ou outra exploraçāo em detrimento das demais. Os gastos da famίlia e posteriormente atē gastos em alimentos tendem a aumentar".

Esta transformaçāo do consumo natural em consumo monetário pode ser percebido em outros produtos. A agravante deste processo ē a diminuiçāo brutal do consumo de determinados produtos considerados de importāncia vital, pondo assim em risco a saūde da populaçāo. Vejamos o caso do leite. Esse produto tinha como objetivo principal o abastecimento familiar. A instalaçāo de laticínios na regiāo incentiva a produçāo de excedentes que vai ser industrializada. Aos poucos, mesmo os pequenos produtores comēçam a vender suas pequenas produçōes procurando obter um "salário" ao final de cada mēs. Procurando maximizar seus rendimentos, esses produtores passam a vender mesmo o leite que seria consumido pela famίlia. Nem queijo nem requeijāo caseiros sāo mais fabricados. Dessa forma, nota-se a transformaçāo de um setor artesanal e auto-suficiente em produto de primeira necessidade em um fornecedor de matéria-prima para as indústrias de laticínios e se subordinando totalmente ā estas. E assim, o capital, aqui representado pelas indústrias de laticínios, combate a produçāo para a satisfaçāo das necessidades domésticas, e separa a agricultura (produçāo de leite) do artesanato fazendo com que a massa trabalhadora rural passe a comprar mercadorias "industrializadas".

Sobre este processo, assim nos expressamos em 1979 (p. 279 e 280), "De uma maneira geral, uma indústria moderna pode facilmente eliminar, pela concorrēncia, o mundo artesanal. O processo ē simples. Apōs a sua instalaçāo, a indústria mo

derna e possante procura comprar o leite aos produtores que o transformava segundo métodos tradicionais. Os produtores, em geral pobres, constataam a possibilidade de ter uma renda mensal vendendo suas produções. O sistema comercial moderno se instala e o artesanato de auto-consumo desaparece. O produtor (e artesão) torna-se um assalariado da grande empresa moderna vendendo seu trabalho (leite) e, ao mesmo tempo torna-se um consumidor a mais, comprando os produtos industrializados. E a vitória do sistema industrial-comercial moderno e o fim ou retrocesso do mundo de auto consumo e comércio tradicional. O consumo monetário é incentivado enquanto o consumo natural diminui".

Além deste exemplo poderíamos citar outros. Como a gordura utilizada nas frituras e que era fornecida por alguns suínos criados nos estabelecimentos, passa a ser substituída por óleos vegetais fabricados pelas indústrias que aqui começam a se instalar, após o início do cultivo do algodão e posteriormente do amendoim. Assim, o capital vai combatendo e repelindo a produção para a satisfação das necessidades locais, separando a agricultura do artesanato e obrigando os trabalhadores a se tornarem um mercado consumidor para as suas mercadorias.

As modificações no setor agrícola se intensificam nas últimas décadas. A partir de 1950, nota-se um decréscimo nas áreas de lavouras e um aumento das áreas de pastagens, provocando assim a liberação de forças de trabalho (mão de obra rural), como pode ser visto no quadro abaixo (A. Sorocabana de Presidente Prudente).

ANO	LAVOURAS (ha)	PASTAGENS (Ha)	POP. RURAL (HAB.)
1940	227.995	127.964	224.039
1950	338.221	410.542	321.345
1960	309.356	699.485	273.326
1970	235.968	1.221.994	224.213

Fonte: Censos Agropecuários de 1940/50/60/70.

Esse avanço das áreas de pastagens e consequente diminuição das áreas de lavouras (338.221 hectares em 1950 e 235.968 hectares em 1970) aliado ao crescente emprego de tecnologia moderna (tratores, implementos, etc.), fazendo com que parcela da mão de obra se torne excedente é o reflexo da expansão capitalista no campo. Como resultado esta força de trabalho passa a ser oferecida mais barata permitindo que as relações de produção

capitalista na agricultura local se intensifiquem possibilitando maiores lucros ao capitalista. Assim, as relações de produção pré-capitalistas (arrendamento e parceria) cedem cada vez mais lugar às relações de produção capitalistas (uso de mão de obra assalariada) a partir de 1950. Prova disto é que de todas as categorias de trabalhadores a que mais se modificou foi a de parceiros (e arrendatários). Em 1950, havia na região 21.994 parceiros, o que representava 28,5% do total do pessoal ocupado em atividades agrícolas. Em 1960, passam a ser 3.550 (3,6% do total) e no ano de 1970, eram apenas 1.271, cerca de 1,4% daquele total. Os trabalhadores temporários, que em 1950 eram 7.138 (7,3% do total) passam a ser 15.787 (18,1% do total) em 1975. Com os trabalhadores permanentes, ocorreu o inverso. Em 1950 eram 12.267 (15,9%) e em 1970, apenas 6.488 (7,3%). Isto porque, para o capitalista era mais interessante e barato não manter trabalhadores com vínculos empregatícios permanentes. Era mais vantajoso utilizar mão de obra apenas nos períodos de grandes atividades. Assim ele não precisaria manter famílias de trabalhadores nas propriedades, desvencilhando-se de qualquer responsabilidade.

Como consequência, em 1970, a população rural apresenta os mesmos números de 1940 em termos absolutos, porém em termos relativos (densidade) significa uma enorme diminuição, visto a incorporação de milhares de hectares de mata no espaço produtor. A população urbana de 51.943 habitantes em 1940 passa para 254.106 habitantes em 1970. As áreas destinadas às lavouras diminuem, porém as pastagens ocupam em 1970, áreas 700% maiores que em 1940.

Sem terra e sem o que fazer estes trabalhadores se deslocam para as cidades. Este deslocamento não é apenas desta mão de obra assalariada e de antigos parceiros e arrendatários. Isto porque a concentração de terra ocorrida neste período obriga inúmeros pequenos proprietários a venderem suas propriedades e se deslocarem também. Esses proprietários se transformam em trabalhadores livres, pois não são mais proprietários nem da terra nem dos instrumentos de trabalho e sendo assim só podem vender sua força de trabalho ao novo capitalista dono da terra e dos instrumentos de trabalho. Expropriados vão engrossando desta forma o exército de mão de obra assalariada, que mesmo residindo nas áreas urbanas é obrigado a trabalhar na lavoura como diarista. Assim, antigos proprietários, parceiros e arrendatários perdem a condição de produtores. Em síntese, essa passagem de pequeno pro

dutor autônomo à assalariado marca a perda de seus meios de produção: os instrumentos de trabalho, a terra, seus animais de tração, etc., e isso significa a sua decadência, a sua expropriação. E esses meios de produção vão se converter em capital nas mãos do novo capitalista que vai utilizar também a força de trabalho do assalariado para conquistar mais valia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABREU, Dióres Santos. Formação histórica de uma cidade pioneira paulista - Presidente Prudente. Presidente Prudente, FFCLPP, 1972.
- AMIN, Samir. L'accumulation à l'échelle mondiale. Paris, Anthropos, 1970.
- BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo, Pioneira, 1968.
- CARVALHO, João C.M. de. Camponeses no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1977.
- DEMANGEON, Albert. O desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 42, 1946.
- LUXEMBURGO, Rosa. L'accumulation du capital. Paris, 1913.
- MARTINS, Olimpio Beleza. L'organisation de l'économie laitière dans l'espace du Sud-Est Brésilien. Paris, 1979 (mimeografado).
- VALIER, Jacques. Sur l'impérialisme. Paris, Maspero, 1975.